

NOTA TÉCNICA 006/2020

ATIVIDADES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS

Equipe IBS – ATER – Projeto Bahia Produtiva

Suzane Nascimento e Silva
Sidnei Luiz Niederle
João Pedro Barbosa da Silva

Agosto de 2020

Sumário

Contexto	3
Agroindustrialização	4
Artesanato	5
Turismo	6
Políticas públicas	7
Consideração final	8

Contexto

Atividades rurais não agrícolas são realizadas milenarmente pelos camponeses. É comum na agricultura familiar, que alimentos sejam processados, a fim de que possam ser armazenados. Da mesma forma, o artesanato sempre fez parte da vida das famílias que habitam o rural. Este serve ao embelezamento da casa, mas também resulta em objetos úteis tanto para o conforto das pessoas, como também de apoio à produção, dado que muitos utensílios de trabalho são confeccionados pelos próprios agricultores.

No espaço rural, portanto, não se faz apenas agricultura, pecuária, pesca. Ou seja, não se produz apenas matéria prima, mas também sempre se cuidou, por diferentes motivações, de outros elos do arranjo de produção.

É importante considerar que o desenvolvimento de determinado território está diretamente relacionado com a força das atividades produtivas e culturais e a densidade das relações existentes ali. Assim, uma população ativa, com uma institucionalidade dinâmica e a serviço do interesse comum, favorece uma dinâmica social que resulta em mais qualidade de vida para a população. Em síntese, desenvolvimento econômico é quando a vida das pessoas melhora. E isto também cabe para os habitantes do espaço rural.

Nesta Nota vamos tratar, em linhas gerais, de três atividades que merecem atenção das comunidades, como possíveis alternativas de geração de renda e agregação de valor às atividades já desenvolvidas pelas famílias. A agroindustrialização, o artesanato e o turismo.

Agroindustrialização

Normalmente em menor escala, marcadamente para atender à demanda local, os processos agroindustriais já estão presentes milenarmente no espaço rural. É comum que existam abatedouros de animais, fábricas de farinha, alambiques, muitas vezes com processos ainda bastante artesanais, com elevada demanda de mão de obra e baixa utilização de maquinaria. Mas também é comum o aperfeiçoamento destas estruturas a fim de avançar em atividades de comercialização.

A agroindústria é o segundo elo de um encadeamento de produção que começa na produção de matéria prima. O resultado da produção agropecuária segue para a agroindústria e em seguida para a comercialização.

Atualmente, estes dois últimos elos do arranjo produtivo normalmente escapam ao controle do agricultor e de suas organizações produtivas. O laticínio é, comumente, de propriedade de um empreendedor urbano. O abatedouro pertence a um grande grupo empresarial sem raízes no território, e assim por diante. O agricultor pode ser dono da própria indústria? O agricultor pode comercializar?

- a) Avançar para a agroindustrialização da produção, dentro da comunidade, tende a agregar valor à produção primária já desenvolvida. Assim, amplia-se as oportunidades de geração de trabalho e renda dentro da comunidade.
- b) A agroindustrialização promove maior fluxo de informações e inovações que impactam a produção primária;
- c) A agroindustrialização atrai trabalhadores com outras habilidades – engenheiros, técnicos, etc. Ou motiva a formação destes profissionais dentro da comunidade. Esta é impactada positivamente com a maior diversidade de profissionais, notadamente melhor qualificados.
- d) A cooperativa ou associação de produtores pode empreender e além de fomentar investimentos agroindustriais, conquistar suas próprias agroindústria e prestar serviços cada vez mais qualificados aos seus associados.

Recomendação técnica aos Agentes Comunitários Rurais: Faça o mapeamento das unidades de produção agroindustrial existentes no seu município. O agricultor pode se tornar fornecedor de matéria prima de uma agroindústria. Reúna conhecimento e informação sobre legislação, políticas públicas de apoio e inovações tecnológicas para orientar o aprimoramento das práticas agroindustriais que já são realizadas dentro da comunidade.

Caso o subprojeto do Bahia Produtiva seja de implementação de agroindústria, reco-

mendamos especial atenção a três aspectos técnicos: Gestão da unidade agroindustrial, fundamental para o sucesso do empreendimento; planejamento da produção, preparando a base produtiva da comunidade para atender a demanda da unidade agroindustrial (especial atenção deve ser dada ao planejamento produtivo da Unidade de Produção Familiar) e; comercialização – há que buscar conhecimento sobre a dinâmica de funcionamento do mercado para os produtos que são ou serão produzidos pela unidade agroindustrial, a fim de poder aproveitar seu potencial.

Caso o subprojeto do Bahia Produtiva seja de implementação de agroindústria, recomendamos especial atenção a três aspectos técnicos: Gestão da unidade agroindustrial, fundamental para o sucesso do empreendimento; planejamento da produção, preparando a base produtiva da comunidade para atender a demanda da unidade agroindustrial (especial atenção deve ser dada ao planejamento produtivo da Unidade de Produção Familiar) e; comercialização – há que buscar conhecimento sobre a dinâmica de funcionamento do mercado para os produtos que são ou serão produzidos pela unidade agroindustrial, a fim de poder aproveitar seu potencial.

Artesanato

Práticas de artesanato sempre foram comuns nos espaços da agricultura familiar. Este é expressão material da cultura de uma comunidade. É fundamental para a interação social. É passa tempo. Usado para embelezar a casa. Para dar presentes. Até para melhorar o conforto das pessoas. Mas também sempre serviu de apoio à produção primária, resultando em utensílios úteis à produção.

- a) O artesanato é atividade diretamente ligada à identidade e manifestações da cultura da comunidade;
- b) O artesanato também tem utilidade prática – um chapéu, uma esteira, etc;
- c) Sempre favoreceu a interação social, já que é comum as pessoas se reunirem para praticar o artesanato e produzir peças que expressam a história do lugar;
- d) Mas o artesanato pode ser alternativa de renda e trabalho. É possível que jovens e mulheres, por exemplo, encontrem nesta atividade uma alternativa de autonomia financeira, sem precisar trabalhar fora da comunidade.

Recomendação técnica aos Agentes Comunitários Rurais: considerem a valorização do artesanato em suas atividades de Extensão. Promovam o encontro e a troca de experiências entre os artesãos da comunidade, a fim de que o conhecimento sobre o artesanato seja compartilhado e valorizado. O artesanato pode ser tema de oficinas, com artesão da comunidade ensinando outros moradores.

Turismo

O turismo pode ser realizado de diversas formas. O agroturismo, pode ser uma alternativa interessante de aproximar o consumidor da propriedade rural. Pode ser uma forma de valorizar, ou revalorizar belezas naturais do território. Tem potencial para oportunizar trabalho e renda adicional, complementar para as famílias agricultoras.

O envolvimento das famílias agricultoras com a atividade turística pode se dar de maneira mais ou menos intensa, dado o grau de participação da comunidade no processo de planejamento, execução e monitoramento de projetos turísticos na localidade.

Na medida em que o turismo feito no espaço rural seja um empreendimento econômico fruto de investimento de investidor externo, feito com o propósito de explorar o potencial turístico de determinado lugar, é certo que o grau de envolvimento dos agricultores será como coadjuvante, ofertando produtos e serviços e mesmo mão de obra para um empreendimento instalado no território.

A alternativa é o que podemos chamar de Turismo de Base Comunitária – TBC. Neste modo de desenvolver a atividade turística, a comunidade participa ativamente do processo de planejamento, implementação e execução de projetos turísticos. Demanda participação e pode ser capitaneada, coordenada por associações e cooperativas dos próprios agricultores.

Possibilidade do TBC

O ponto de partida é o planejamento. E a participação da comunidade, neste processo, é fundamental. A estruturação de rotas turísticas e a definição do “Modelo de Negócio” a ser implementado depende de um amplo diagnóstico da realidade local e de todas as potencialidades do lugar. Nesta estruturação do projeto há que considerar:

- a) Uma dimensão econômica: a comunidade poderá ofertar serviços como alimentação, guia, passeios, passeio de barco, transporte, manutenção de trilhas, aluguel de estruturas e ferramentas, hospedagem.
- b) Uma dimensão institucional: a governança deve ser local. Pode ser dividida entre a organização local – uma associação ou cooperativa – e a municipalidade (secretaria de turismo do município, que pode ajudar a organizar rotas e regular atividade);
- c) Dimensão ambiental: o turismo de base comunitária valoriza os aspectos ambien-

tais, na medida em que o visitante busca o prazer da contemplação de paisagens amenas. Desta forma, a degradação ambiental, o tratamento inadequado do lixo e do esgoto, dentre outros problemas ambientais não são compatíveis com a atividade;

d) Dimensão social: o principal produto ofertado em uma metodologia de turismo de base comunitária é a organização e a cultura comunitária. É a possibilidade de vivenciar um modo de viver, uma cultura peculiar e particular, é conviver! Nesta dimensão cabe considerar características étnico culturais como atrativos. E uma observação fundamental: a comunidade deve oferecer aos seus moradores boas condições de vida. É isso, em grande medida, o que vai atrair o interesse turístico. E por fim, as relações de trabalho devem ser justas.

Recomendação técnica aos Agentes Comunitários Rurais: O turismo de base comunitária pode ser tema de uma reunião motivada pelo ACR junto às lideranças da comunidade. As primeiras diretrizes de um projeto turístico podem ser definidas pela associação ou cooperativa da comunidade. O segundo passo é promover o planejamento comunitário, ou seja, ouvir a comunidade e garantir a participação desta na construção de um projeto de turismo.

O turismo pode ser tema de oficinas e reuniões. Para o bom desenvolvimento destas ações, é fundamental que a comunidade esteja representada e que outros atores locais componham o processo. A municipalidade – secretarias municipais, órgãos territoriais e estaduais, bem como entidades de apoio técnico (ATER, SEBRAE, etc) podem apoiar iniciativas empreendedoras da comunidade.

Políticas públicas

É possível encontrar apoio de políticas públicas para o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

O Bahia Produtiva: o projeto vem apoiando cooperativas e associações com investimentos em infraestrutura, gestão e capital de giro. Ações como o “Coopergiro”, uma linha de crédito de capital de giro e as “Alianças Produtiva”, são exemplos de ações do projeto para o fortalecimento de negócios agroindustriais. O projeto também apoia iniciativas das áreas de turismo e artesanato. Mais informações podem ser obtidas nos escritórios da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é uma política de crédito. Conta com linhas específicas para financiar atividades não agrícolas. Também conta com recursos de financiamento de capital de giro, um dos desafios de qualquer empreendimento agroindustrial. Mais informações podem ser



obtidas com os operadores do crédito no seu município. Nas agências do Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

Consideração final

O desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas é oportunidade para a geração de trabalho e renda para as comunidades. Contribui para o desenvolvimento local e pode ser feito de maneira coletiva ou individual.

Uma agroindústria familiar pode ser gerida por uma família. Várias iniciativas agroindustriais e da produção de artesanato dentro da comunidade, podem ser a base sobre a qual se forma uma rota turística, que sirva à divulgação da produção local e à geração de novos e diversos postos de trabalho dentro da comunidade.

O jovem passa a encontrar localmente oportunidades que antes teria que buscar longe. A comunidade se desenvolve, fortalece a economia do município e favorece um ciclo positivo de melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. Por isso, o fortalecimento de atividades rurais não agrícolas é fundamental para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.